



OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO SUDESTE PARAENSE

THE IMPACTS OF COVID-19 ON INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN SOUTHEASTERN PARÁ

Carmélia Gonçalves de Farias (POSLET/UNIFESSPA)¹
carmeliafarias@hotmail.com

Eliane Pereira Machado Soares (POSLET/UNIFESSPA)²
eliane@unifesspa.edu.br

RESUMO: Este artigo é uma análise sobre os impactos da Covid-19 nas comunidades indígenas do sudeste paraense no que concerne à Educação Escolar Indígena e aos fatores políticos que afetam o combate à pandemia nessas comunidades tradicionais. O trabalho foi constituído a partir de dados obtidos no decorrer de reuniões remotas realizadas este ano, que contaram com a presença de várias lideranças indígenas (Parkatêjê, Kyikatêjê, Suruí, Guaraní, entre outras) e representantes de associações de povos tradicionais (quilombolas, extrativistas e comunidades do campo), com o intuito de direcionar medidas de combate à doença, que está matando a população indígena, e discutir acerca do possível retorno às aulas de forma remota, através do Sistema de Educação Interativo (SEI) proposto pela Secretaria de Educação do Estado do Pará. A fundamentação teórica baseia-se em dados de teses recentes, que apontam as disparidades educacionais que refletem nas comunidades indígenas, como Alencar (2018), e em autores como Munduruku (2012), que abordam sobre a importância da participação dos próprios indígenas na construção de uma Educação Escolar Indígena diferenciada e feita pelos mesmos. Essas considerações são propícias ao momento político e sanitário que vivemos no Brasil, onde a desassistência a essas comunidades é ainda mais evidente, de modo que o quantitativo referente aos casos confirmados e de morte entre os indígenas é questionável, uma vez que não registram os que moram fora das aldeias. Em suma, inúmeros são os problemas causados pela pandemia da Covid-19, contudo, o foco deste trabalho são os impactos sobre a Educação Escolar Indígena, a qual prima, especialmente, pela educação específica, intercultural e diferenciada.

PALAVRAS-CHAVE: COVID-19. Comunidades Indígenas. Educação Escolar Indígena.

ABSTRACT: This article is an analysis of the impacts of Covid-19 on indigenous communities in southeastern Pará with regard to Indigenous School Education and the political factors that affect the fight against the pandemic in these traditional communities. The work consisted of data obtained during remote meetings held this year, which were attended by several indigenous leaders (Parkatêjê, Kyikatêjê, Suruí, Guaraní, among others) and representatives of associations of traditional groups (quilombolas, extractivists and rural communities), in order to direct measures to combat the disease, which is killing the indigenous population, and to discuss possible return to classes remotely, through the Interactive Education System (SEI) proposed by the Department of Education of the State of Pará. The theoretical basis is based on data from recent theses, which point to the educational disparities that reflect in indigenous communities, such as Alencar (2018), and in authors such as Munduruku (2012), that address the importance of the

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (POSLET/UNIFESSPA). Bolsista da Fundação Amazônia Paraense de Amparo a Estudos e Pesquisa (FAPESPA).

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC). Professora de Linguística da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).



participation of the indigenous themselves in the construction of a differentiated Indigenous School Education made by them. These considerations are conducive to the political and sanitary moment that we live in Brazil, where the lack of assistance to these communities is even more evident, so that the amount referring to confirmed cases and deaths among the indigenous people is questionable, since they do not register those live outside the villages. In short, there are countless problems caused by the Covid-19 pandemic, however, the focus of this work is the impacts on Indigenous School Education, which excels, especially, for specific, intercultural and differentiated education.

KEYWORDS: COVID-19. Indigenous Communities. Indigenous School Education.

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar e refletir sobre as consequências da pandemia de Covid-19³ no contexto escolar das comunidades indígenas do sudeste paraense, vírus que se alastrou por todo o mundo, não diferenciando classe social, raça, sexo ou idade, sendo ainda mais prejudicial aos indígenas, que não dispõem de acesso rápido ao diagnóstico e tratamento da doença. Vale lembrar que a pandemia parou o mundo, e, segundo a Organização Mundial da Saúde, em 6 de janeiro de 2021, apenas 15 países não registraram casos de Covid-19, por se tratarem de ilhas remotas e isoladas dos grandes centros.

Historicamente, os indígenas são mais vulneráveis às doenças exógenas e, em casos de pandemia, a morte é quase inevitável. Assim, são considerados grupos de risco e de maior vulnerabilidade diante da Covid-19 e necessitam receber atenção prioritária. Por essa razão, desde a primeira morte registrada no Brasil⁴, em 12 de março de 2020, e entre os indígenas⁵, em 19 de março do mesmo ano, as associações e representações indígenas têm lutado para conter o avanço da doença nas aldeias.

Nota-se que a contaminação por fatores externos é maior nas terras que são invadidas por grileiros e pelo desmatamento, como no caso da Terra Indígena Yanomami e Raposa Serra do Sol, em Roraima, e nas aldeias que ficam próximas às áreas urbanas.

³ COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde.

⁴ A vítima foi uma paciente de 57 anos no Estado de São Paulo. Fonte: Ministério da Saúde.

⁵ Segundo a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, foi registrada a morte de uma indígena de 87 anos, porém o Ministério da Saúde registra primeiro caso de Covid entre indígenas, de uma indígena Kokama de 20 anos, apenas no dia primeiro de abril. Fonte: <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/12558>.



A proximidade e o acesso facilitado colaboram para a disseminação da doença nas aldeias, sendo os próprios indígenas contaminados através de não indígenas prestadores de serviços, como os agentes de saúde e professores.

Segundo o IBGE, em 2010, no estado do Pará, existiam cerca de 70 mil indígenas, divididos em mais de 50 etnias, dispostos em mais de 80 territórios indígenas de 50 municípios do estado. Dados da SESAÍ⁶, SEDUC⁷ e CIMI⁸ (2020) apresentam cerca de 15 mil indígenas de 18 povos residindo em 21 terras demarcadas ou nas cidades da região sul e sudeste paraense, entre eles, Amanayé, Assurini do Tocantins, Gavião (Akrãtikatêjê, Kyikatêjê e Parkatêjê), Xikrin Mebengôkre, Parakanã Awaeté, Suruí Aikewara e outros grupos que se deslocaram recentemente como os Atikum, Tembê, Kaingang, Karajá, Xerente, entre outros.

Dentre os inúmeros impactos da pandemia no mundo, como o declínio da economia, a reorganização de espaços públicos, o desemprego e, conseqüentemente, a fome, este trabalho destaca as conseqüências na Educação Escolar Indígena (EEI), que padece de problemáticas tanto quanto ou até mais significativas que a educação fora da aldeia.

Nas aldeias indígenas, no que concerne à educação escolar, a problemática da Covid-19 vai além da impossibilidade de aulas presenciais, vai de encontro com a concepção de coletividade, que é um dos principais parâmetros da educação escolar indígena. São questões políticas que também interferem na escolarização.

A ação etnocida do estado em relação ao combate à pandemia dentro das comunidades indígenas corrobora com a política social genocida que tenta, mais uma vez, exterminar os povos indígenas, que, em decorrência de armas biológicas como a Covid-19, estão sujeitos ao fim.

⁶ Secretaria Especial de Saúde Indígena. Responsável em coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

⁷ Secretaria de Educação do Estado do Pará.

⁸ Conselho Indigenista Missionário. Organização vinculada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que atua em defesa dos direitos dos povos indígenas do Brasil.



2 A Educação Escolar Indígena

O projeto de educação escolar específica, diferenciada e intercultural é um consenso entre as lideranças indígenas que refletem sobre as práticas educacionais e pertinentes no contexto escolar dentro das comunidades. Embora sejam inúmeras as dificuldades, os responsáveis pela educação escolar buscam reparar através do ensino as desigualdades que afetam e prejudicam os modos de vida desses povos.

A Educação Escolar Indígena se faz necessária como política cultural para que as ações comunitárias tenham subsídios contra os ataques ao que lhes é de direito natural, como assegura a Constituição Federal nos artigos 231 e 232, que legitima suas organizações sociais, culturas e tradições.

O RCNEI⁹(1998, p.25) destaca que “o Estado brasileiro pensava uma ‘escola para os índios’ que tornasse possível a sua homogeneização”. Com este objetivo, o referencial curricular foi elaborado para escola indígena, com intuito de contribuir para construção de materiais didáticos e projetos políticos pedagógicos específicos e diferenciados, respeitando a especificidade de cada comunidade, e assim reduzir o abismo educacional, cultural e social que separa os povos indígenas da sociedade brasileira.

Para tanto, as organizações sociais indígenas são essenciais para o sucesso deste trabalho centrado em (re)construir a história dos povos indígenas através do olhar e dos saberes dos próprios indígenas, como exemplifica Munduruku (2012, p. 18).

Foi dessa maneira que me tornei um indígena em movimento, com o propósito de compreender as diferentes facetas de atuação e encontrar meu lugar dentro de um movimento político capaz de responder de forma efetiva aos diversos estereótipos engradados na mente da sociedade brasileira. Este caminho me levou à literatura. Tornei-me um escritor de livros para crianças, jovens, adultos, educadores. Minha

⁹ Criado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas foi elaborado em 1998 pelo Ministério da Educação em parceria com educadores indígenas e não indígenas, com o objetivo de orientar a construção curricular das escolas indígenas.



intenção era poder educar a sociedade brasileira e, por sua vez, me aprofundar ainda mais no conhecimento da causa indígena.

Sob a perspectiva de novos olhares vindos do próprio Movimento Indígena, a educação é o que assegura a construção de saberes tradicionais associados aos conhecimentos pedagógicos e de políticas educacionais que sejam incorporadas a projetos que valorizem a especificidade cultural e linguística de cada comunidade.

A história dos povos indígenas é marcada por luta e resistência, e a educação tornou-se uma forma de reação que garante conhecimento e exercício pleno da cidadania. Como instrumento de resistência, a educação assegura ao indígena a capacidade de adquirir conhecimentos próprios da sociedade envolvente e, com isso, possam lutar pela manutenção de suas línguas, culturas e territórios que reverberem dentro das comunidades.

Destaca-se que no estado do Pará as escolas indígenas estão sob responsabilidade da SEDUC¹⁰ e CEEIND¹¹, em conformidade com o que assegura a Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes (OIT 169/1989, Art. 2, parágrafo 1): “os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e garantir o respeito pela sua integridade”. Apesar da garantia legal que assegura às escolas indígenas uma educação alinhada às necessidades de cada comunidade, nem sempre a realidade condiz com o que rege a lei, pois dentro do Conselho Estadual de Educação (CEE) existem apenas dois representantes indígenas que são responsáveis por apresentar as demandas e interesses de todas as comunidades indígenas do Pará.

Atualmente o cenário político e sanitário do Brasil comprometem e invalidam direitos adquiridos através de lutas que perduraram por anos até tornarem-se leis. Além disso, o estado brasileiro, ainda permanece omissivo em relação aos direitos étnicos, territoriais, culturais, educacionais e linguísticos dos povos indígenas. Ainda que exista o

¹⁰ Secretaria de Educação do Estado do Pará.

¹¹ Coordenação de Educação Escolar Indígena.



Estatuto do Índio (1973) e o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) que reforçam a autonomia jurídica dos indígenas, estes povos ainda lutam para manter suas terras, seus costumes, línguas e tradições.

Ao pensarmos em Educação Escolar Indígena, imaginamos que os aspectos referentes ao contexto escolar deveriam estar alinhados aos parâmetros que já estão estabelecidos pelo Ministério da Educação para as escolas regulares fora das aldeias, que já dispõem de materiais pedagógicos que incluem a cultura, as questões raciais, a variação linguística do Brasil, mas, contraditoriamente, não são incluídas as questões indígenas. Em contrapartida, a educação escolar indígena, entre inúmeros propósitos, destaca-se por motivar e garantir a valorização e o fortalecimento cultural através de práticas pedagógicas que preparem seus alunos para relacionarem-se com a sociedade não indígena de forma harmoniosa e igualitária.

Assim, o art. 231 da Constituição Federal de 1988 dispõe de forma direta sobre as responsabilidades da União: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” Portanto, compete a estados e municípios assumir as responsabilidades sobre os povos indígenas, seguindo a legislação indigenista que estabelece desde a proteção de territórios até seus direitos básicos como qualquer outro cidadão brasileiro.

Atualmente, sabemos que o cenário é outro, na maioria das comunidades indígenas é necessário recorrer à justiça para que seus direitos sejam garantidos. As Associações indígenas, com apoio do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal como representantes das comunidades, são a principal garantia de diálogo entre Estado e as lideranças. Entre essas representações estão a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA).

Segundo o Movimento Indígena, para que a educação escolar indígena seja de fato específica, intercultural e diferenciada é necessário o envolvimento dos próprios



indígenas, através de cursos de formação superior, para que possam se qualificar como professores.

A educação, em qualquer sociedade, é o pilar para o crescimento social, econômico e científico, e o acesso a ela é um direito de todos. No que diz respeito aos povos indígenas, a educação tornou-se uma estratégia de valorização e de fortalecimento cultural entre as comunidades, de modo que ensinar através de práticas culturais e pedagógicas, desde a educação básica até o ensino médio, é uma forma de prepará-los para a Universidade e para o mundo.

Assim como nos estados do Amapá, Goiás e Mato Grosso, o Pará, desde 2012, oferece, através da Universidade do Estado do Pará (UEPA), o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, resultado dos esforços do Movimento Indígena. Além da UEPA, outras instituições, como a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Instituto Federal do Pará (IFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) dispõem de iniciativas para o acesso de indígenas através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A principal base para a formação destes professores é a interculturalidade, que visa promover o conhecimento das diferentes realidades culturais e linguísticas de cada povo.

A interculturalidade orienta processos que têm como base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando conflitos inerentes a esta realidade. Não ignora as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. Reconhece e assume conflitos procurando as estratégias mais adequadas para enfrentá-los. (CANDAUI, 2002, p. 19)

Ao legitimar as diferentes organizações sociais, culturais, linguísticas, costumes e crenças como uma característica e um direito intrínseco dos povos indígenas, a educação



escolar específica, intercultural e diferenciada torna-se indispensável para uma nova leitura de mundo.

Inquestionavelmente, o Estado brasileiro e a sociedade que o sustenta tentam de inúmeras formas o extermínio dos povos indígenas desde a colonização. A maneira como é feita essa tentativa mudou através dos séculos, mas o objetivo ainda é o mesmo: Reduzir as populações, cercear direitos, eliminar as línguas etc. Da organização das lideranças indígenas nasce o que Cardoso de Oliveira (1988, p. 18) chama de “sentimento de fraternidade indígena”, em que o sentimento de solidariedade às problemáticas das diferentes comunidades alia-se ao sentimento de resistência.

3 A pandemia de COVID-19 e seus impactos na Educação Escolar Indígena no Sudeste do Pará

Muito se discute a respeito da pandemia de Covid-19 que vem devastando o mundo e pressionando a sociedade a se adaptar e repensar sobre suas atitudes em relação à saúde. O misterioso vírus surgiu em 2019, a priori¹², na cidade de Wuhan, na China, e ao que tudo indica, a transmissão inicial ocorreu de animais para humanos. A partir de então, o vírus foi disseminado pelo mundo. Inicialmente, os primeiros casos foram registrados em um grupo de 19 pessoas que estiveram em um supermercado de Wuhan.

À vista disso, cientistas identificaram sintomas de uma grave síndrome respiratória que era transmitida através de gotas de salivas expelidas pela tosse ou espirro. Os sintomas da Covid-19 são semelhantes ao de uma gripe comum, por essa razão, o diagnóstico é complexo.

Atualmente, no Brasil, a pandemia tomou proporções inimagináveis, chegando a registrar a média diária de 3 mil mortes por Covid-19, segundo o consórcio de veículos de imprensa a partir de dados disponibilizados pelas secretarias estaduais de saúde, devido

¹² Segundo a Organização Mundial da Saúde, ainda não se pode afirmar que o vírus surgiu em Wuhan. Em relatório publicado em 30 de março de 2021, a Organização afirma que “todas as hipóteses permanecem em jogo”. Relatório disponível em <https://www.who.int/news/item/30-03-2021-who-calls-for-further-studies-data-on-origin-of-sars-cov-2-virus-reiterates-that-all-hypotheses-remain-open>.



o Ministério da Saúde ter deixado de disponibilizar estes dados desde junho de 2020, em decorrência da pressão popular e midiática que cobrava transparência dos dados apresentados.

A propagação da Covid-19 nas aldeias, assim como fora delas, também afetou a educação, embora as lideranças das comunidades do sudeste paraense, de forma organizada, tentem reduzir as consequências desta pandemia e as problemáticas educacionais que vêm à tona.

Segundo o Instituto Socioambiental, o número de casos¹³ e mortes confirmadas entre a população indígena é questionável, pela falta de testagem em massa e por não considerar os indígenas que moram fora das aldeias. Dados recentes, do dia 09 de abril de 2021, confirmam no total 52.044 casos de Covid-19 entre os indígenas. Estes dados foram obtidos através de parceria entre SESAI e pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena que inclui neste quantitativo as subnotificações.

O número de mortes segue em desacordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde. Entre tantas mortes, em 2020, causadas pela desassistência do Governo Federal, destacamos a de Aritana Yawalapiti, de 71 anos, liderança do Alto Xingu e Paulinho Payakan, de 67 anos, que foi uma das vozes mais atuantes contra a construção de hidrelétricas no Rio Xingu. Duas lideranças conhecidas internacionalmente através da luta pelos direitos dos Povos Indígenas.

A preocupação das lideranças indígenas em tempos de pandemia, acima de tudo, é a sobrevivência. E isso inclui toda a comunidade, inclusive os professores não indígenas que trabalham nas aldeias e que podem ser um possível portador do vírus.

No dia 4 de fevereiro 2021, com a presença de várias lideranças indígenas, pesquisadores, diretores de escolas indígenas e representantes do movimento quilombola e extrativistas, a convite da representação indígena no CEEIND, ocorreu uma reunião, remotamente, para discutir a Portaria 010/2021, emitida pela SEDUC, sobre o retorno das aulas de forma remota durante o período de pandemia.

¹³ Dados do dia 09/04/2021. Disponível no site: <https://covid19.socioambiental.org>



Essa proposta afeta diretamente as comunidades, pois obriga as lideranças a convocarem reuniões para manifestarem seu posicionamento contra o retorno das aulas através do Sistema de Educação Interativo (SEI) nas comunidades do campo, indígenas, extrativistas e quilombolas do estado do Pará. Esse sistema de ensino remoto visa à retomada das aulas do Ensino Médio, que estão paralisadas desde o início da pandemia, em 2020. Porém, não existe nenhuma iniciativa do Estado para viabilizar esse retorno com o máximo de qualidade tecnológica que o sistema exige.

Ressaltamos que por se tratarem de escolas indígenas ou em comunidades longe dos centros urbanos, é inviável o retorno das aulas através da internet. Esse sistema prima por tecnologia no que diz respeito ao uso desde aparelhos celulares e computadores até o sinal de internet estável para o bom andamento das aulas. Lembramos que neste artigo falamos sobre o contexto escolar indígena, mas a portaria não difere sobre elas em relação às escolas fora das comunidades que possuem estrutura física e tecnológica para dar suporte aos alunos, embora estes também contem com inúmeras dificuldades.

Ainda que os dados do MEC sobre o quantitativo de escolas indígenas estejam defasados, o último censo escolar de 2018 informa que, no Pará, existem 140 escolas indígenas, com 11.047 alunos matriculados, sendo 9 administradas pelo estado e 131 pelo município, das quais. Alencar (2018, p. 208) apoiando-se em dados da Secretaria de Educação do Estado do Pará, faz conhecer que:

Somente as escolas dos povos Tembé e Gavião eram administradas pelo governo estadual, todas as demais escolas dos povos indígenas do Pará estavam vinculadas às secretarias municipais de educação. Em 2015 eram 13.594 alunos indígenas em escolas municipais, nas quais, em geral, era ofertada somente a educação infantil e o ensino fundamental menor de 1º ao 5º ano. 682 alunos estavam matriculados nas escolas indígenas estaduais, nas quais se ofertava toda a educação básica.

Estes dados ainda omitem a quantidade de escolas que são anexas de outras escolas urbanas e as escolas rurais que não são registradas como escolas indígenas, logo, o quantitativo de alunos que estão sem aula é muito maior do que mostram os registros.



Em uma das reuniões a que assisti como ouvinte/pesquisadora, foram evidenciadas inúmeras preocupações em relação ao retorno das aulas e sobre o calendário escolar. As narrativas das lideranças presentes estavam em conformidade no que diz respeito à possível contaminação pelo Covid-19, tendo como agravante a variante que já circula no estado. O que representa grande ameaça aos indígenas, pois, segundo a geneticista Mara Helena Hutz, em entrevista ao site O Globo, “a possibilidade de estes povos terem uma resposta imunológica menos eficiente para combater infecções virais, como a Covid-19, e bacteriana¹⁴”. Logo, as medidas preventivas tornam-se ainda mais urgentes.

Muito foi discutido e inúmeras lideranças expuseram seus pontos de vista. Uma das falas aponta que todos os indígenas têm consciência do prejuízo em nível nacional da paralisação das aulas, mas ressalta que a tecnologia disponível não é de qualidade dentro das aldeias e que, na medida do possível, todos tentam se resguardar do problema maior que é a Covid-19. As lideranças também se preocupam com os professores não indígenas que, até o momento, não foram vacinados devido à falta de vacinas e de planejamento por parte do Governo Federal.

Vale destacar que cada comunidade possui uma realidade diferente e que mesmo partilhando da mesma problemática, em algumas aldeias houve indígenas que optaram por não tomar a vacina em decorrência das “fake news”, como relatou outra liderança indígena, que, como alternativa, propôs algo semelhante ao Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME)¹⁵, em que os professores ficassem, em média, 20 dias isolados na aldeia ministrando sua disciplina, para que não fosse necessário ir e voltar.

O discurso das lideranças indígenas sobre a segurança de todos é unânime, mas vale lembrar que, ao pensar em EEI, não podemos suprimir as especificidades de cada comunidade. A título de exemplo, naquelas pertencentes à TI Mãe Maria do sudeste

¹⁴ Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/geneticista-diz-que-imunidade-de-indigenas-covid-19-menor-1-24915816>. Acesso em 02/04/2021.

¹⁵ Modalidade de ensino que disponibiliza o Ensino Médio em localidades de difícil acesso.



paraense, que somam 17 aldeias¹⁶ do povo Gavião (Parkatêjê, Kyikatêjê e Akrãtikatêjê), de origem Timbira, concentram-se 11 escolas indígenas estaduais, que possuem realidades diferentes no tocante à infraestrutura, material pedagógico, disponibilidade de professores, acervo bibliográfico, acessibilidade à tecnologia de qualidade etc. Essas escolas atendem um total de 753¹⁷ alunos, que estão sem aulas desde 2020.

A preocupação com a Covid-19 é significativa, mas ela alia-se a outras problemáticas sobre a educação escolar indígena, pois há discussões e reivindicações que perduram há 30 anos, no que tange ao direito a uma educação diferenciada. Em meio à crise sanitária, esperava-se que o Governo do Estado fosse sensível às necessidades específicas das escolas indígenas, considerando-se que essa situação prejudica mais de 700 alunos só no município de Bom Jesus do Tocantins, sem contar as outras 131 escolas indígenas municipais que compreendem essa mesorregião, como as escolas das etnias: Amanayé, em Paragominas e Goianésia do Pará, os Xicrin do Cateté, em Parauapebas, os Guajajara e Atikum, em Itupiranga, os Parakanã, em Novo Repartimento, e assim por diante.

Em reunião, no dia 30 de março de 2021, os representantes dos povos do campo, indígenas, extrativistas e quilombolas, através de seus movimentos sociais, manifestaram novamente sua insatisfação à implantação do SEI junto ao Ministério Público Federal. As associações afirmam que existe mobilização por parte de docentes e estudantes para pressionarem as secretarias municipais de educação de seus respectivos municípios a não aderirem ao ensino remoto.

A pandemia de Covid-19 veio para expor ainda mais o abandono das escolas indígenas que, entre tantas dificuldades no ensino, ainda lutam para terem um sistema próprio de ensino dentro dos parâmetros educacionais que já existem. O SEI, ainda que aprovado desde 2017 pela SEDUC-PA e CEE, sem consulta dos mais interessados que

¹⁶ Parkatêjê, Rôhokatêjê, Amtáti, Akrãtikatêjê, Krijamretijê, Akrãti, Kôjakati, Akrôtikatêjê, Krãpêiti-jê, Krijôhêrekatêjê, Krîpêi, Hakti Jôkrîñ, Krintuwakatêjê, Hôpryre, Prîti Pàrjôkrîkatêjê, Mejôkrîkatêjê e Pramrêxa. Dados retirados de: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3750>. Acesso em 20/04/2021.

¹⁷ Dados fornecidos pela 4ª URE (Unidade Regional de Ensino) em 26 de abril de 2021.



são as organizações sociais, indígenas, extrativistas e quilombolas, não atende à legislação da educação desses povos. Com isso, segundo o Ministério Público Estadual do Pará, o estado “violou os direitos das comunidades à participação, à consulta prévia, à educação pluriétnica e multicultural, ao respeito, e às diretrizes para educação”.

As mais de 300 pessoas que participaram da reunião on-line ampliada com o Ministério Público do Pará e Ministério Público Federal, no dia 30 de março de 2021, recusaram o retorno das aulas do Ensino Médio através de dispositivos eletrônicos. As inúmeras representações, em sua maioria indígenas, afirmaram aos representantes da SEDUC e ao CEE que a implantação, além de inviável é arbitrária, fere a Convenção 169 da OIT, que prima pela consulta prévia dos interessados. Para o Ministério Público:

O SEI é uma modalidade de Ensino a Distância (EaD), e não uma metodologia de educação presencial, como defende a SEDUC. Por propor substituir o ensino médio regular pelo EaD, o SEI é também inconstitucional, como destaca o MPPA na inicial da ação. O projeto SEI não cumpriu a legislação sobre transparência e ignorou estratégia prevista no Plano Estadual de Educação, transferindo indevidamente responsabilidades aos municípios para oferta do ensino médio, sem análise do impacto nos planejamentos municipais, aponta o MPPA. (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2021)

Para as lideranças indígenas, o SEI pode ser uma ferramenta, porém, não deve substituir as aulas presenciais, como estão sendo as aulas das escolas estaduais fora das comunidades, as quais também têm sido alvo de inúmeras críticas por não assegurarem acessibilidade a todos os alunos. Rosani Fernandes¹⁸ afirmou que:

O SEI é colocado como a solução da precariedade que o próprio Estado produz nas comunidades do campo, nas aldeias e nos quilombos. Usam o próprio descaso para tentar justificar um sistema que não atende os sujeitos, as culturas, as línguas, os modos próprios de ensinar e aprender.

¹⁸ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, professora substituta na Faculdade de Educação do Campo FECAMPO/UNIFESSPA e representante da FEPIPA.



A doença tem se mostrado um divisor social ainda mais poderoso que a questão étnica, como revela a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

Esse monitoramento, além de orientar nossas estratégias e ações de combate à Covid19, têm revelado também a subnotificação dos órgãos públicos e a omissão criminosa do governo brasileiro no atendimento à saúde dos povos indígenas. Também tem demonstrado como o novo vírus tem nos atingido de forma diferenciada e grave. Um estudo realizado entre COIAB e IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) demonstrou que a taxa de mortalidade pelo coronavírus entre indígenas é 150% mais alta do que a média brasileira, e 20% mais alta do que a registrada somente na região Norte – a mais elevada entre as cinco regiões do país. Igualmente preocupante é a taxa de letalidade, ou seja, quantas pessoas infectadas pela doença morreram: entre os indígenas, o índice é de 6,8%, enquanto a média para o Brasil é de 5% e, para a região Norte, de 4,5%. O estudo também revela que a taxa de infecção (por 100 mil habitantes) é 84% mais alta entre indígenas do que a taxa do Brasil.

Entre as inúmeras reivindicações que foram levadas à reunião, estão o material didático, alimentação, infraestrutura, energia, internet de qualidade etc., e dentre as reivindicações feitas a que nos parece de maior importância é o desejo de ter representação nos Conselhos Municipais de Educação, para que as pautas sugeridas estejam de acordo com as necessidades de cada comunidade, seja ela indígena, do campo ou quilombola. “Queiramos ou não, a escola é intercultural. Essa é sua função. Essa é a reivindicação das comunidades indígenas. Se não fosse essa sua função, ele não precisaria existir”. PIMENTEL DA SILVA (2012, P. 104).

O surgimento da Covid-19, portanto, exige um novo comportamento por parte dos indígenas, a respeito de medidas preventivas e de propostas educacionais que atendam às necessidades de cada comunidade, e do Estado, que é responsável pelas políticas de saúde voltadas à prevenção de doenças nas comunidades e pela assistência escolar nas aldeias.



Considerações Finais

Fica evidente que a pandemia de Covid-19 afetou ainda mais as comunidades indígenas, lembrando que além de vidas ceifadas pela doença, o atraso no calendário escolar e a falta de políticas que organizem de fato os Territórios Etnoeducacionais com a participação dos próprios indígenas, levaram mais uma vez as lideranças a repensarem sobre as políticas indigenistas. Isso demonstra que se faz necessário um sistema educacional indígena para a gerência de recursos desses povos

O cenário político atual não favorece nenhuma classe minoritária e atenta, descaradamente, contra os direitos dos povos indígenas que são assegurados por lei através da Constituição Federal de 1988. O mais arbitrário nesta conjuntura é que além da crise sanitária que se propaga nas aldeias, o governo, em uso de suas atribuições, ainda tenta federalizar a educação escolar indígena, tornando ainda mais difícil a participação e colaboração dos mais interessados desta pauta.

Embora as duas doses da vacina já tenham sido aplicadas em todos os indígenas das comunidades do sudeste do Pará, exceto nos menores de 18 anos, isto não muda o fato de que, mesmo imunizados, não existe garantia para o retorno das aulas presenciais, pois os professores que trabalham nas escolas indígenas, em sua maioria, são não indígenas e ainda não constam como prioridade no calendário de vacinação.

O impasse e a insatisfação com o Governo do Estado do Pará sobre a implantação do SEI nas escolas indígenas, quilombolas, extrativistas e camponesas continuam até o presente momento, e ainda acontecerão outras reuniões, também de forma remota, para continuar a discussão sobre o tema.

Embora o fim da pandemia de Covid-19 não seja algo previsível, ainda sim, é necessário planejamento para reorganizar um novo contexto educacional para estas comunidades. Enquanto isso não ocorrer, as comunidades e lideranças seguem em reuniões sem chegar a uma solução que beneficie a todos. Destacamos que não somente as comunidades indígenas foram afetadas pela paralisação das aulas devido à pandemia, mas todas as comunidades tradicionais.



Em suma, pôde-se perceber que é fundamental o diálogo entre as lideranças indígenas com as secretarias municipais e estadual de educação, para que possam encontrar um caminho rumo a uma educação que realmente seja específica, intercultural e diferenciada, respeitando as especificidades culturais, linguísticas e sociais de cada etnia.

Referências

ALENCAR, Maria Cristina Macedo. **Eu acho que os índios não querem mais falar na linguagem por causa do preconceito, não é professora! desafios na Educação Escolar Intercultural Bilingue entre os Aikewara & Guarani-Mbya no sudeste do Pará.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis-SC, 2018.

AZEVEDO, Ana Lucia. Geneticista diz que imunidade de indígenas à Covid-19 é menor. **O Globo Sociedade**, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/geneticista-diz-que-imunidade-de-indigenas-covid-19-menor-1-24915816>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, V. M. **Cotidiano escolar e cultura (s):** encontros e desencontros. In: CANDAU, V. M. *Reinventar a escola.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A crise no indigenismo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

MPF e MPPA promovem diálogo sobre a educação no Pará e o Sistema Educacional Interativo (SEI). **Ministério Público Federal**, 2021. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-e-mppa-promovem-dialogo-sobre-a-educacao-no-para-e-o-sistema-educacional-interativo-sei>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura. São Paulo: Paulinas, 2012.

Pará segue com a vacinação contra Covid-19 para grupos prioritários. **Agência Pará**, 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/24523/>. Acesso em: 09 de abril de 2021.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 34 • Jul 2021

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i34.397>

PIMENTEL DA SILVA, Maria do Socorro. **Letramento bilíngue em contextos de tradição oral**. Goiânia: PROLIND; FUNAPE, 2012.

WHO calls for further studies, data on origin of SARS-CoV-2 virus, reiterates that all hypotheses remain open. **World Health Organization**, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/30-03-2021-who-calls-for-further-studies-data-on-origin-of-sars-cov-2-virus-reiterates-that-all-hypotheses-remain-open>. Acesso em: 09 de abril de 2021.

Recebido em: 28/04/2021 | Aprovado em: 20/05/2021.
